



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	1102599/2018 (Proc. CEE 066/2011)		
INTERESSADO	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victório Cardassi"		
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito		
RELATOR	Cons. Francisco de Assis Carvalho Arten		
PARECER CEE	Nº 153/2020	CES "D"	Aprovado em 27/05/2020 Comunicado ao Pleno em 03/06/2020

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Diretora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victório Cardassi" /IMESB-VC, pelo Ofício 150/19, protocolado em 27/08/2019, solicita Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, nos termos da Deliberação CEE 171/19 (fls. 274 e 275).

Cabe destacar que, primeiramente, em 22/05/2019, pelo Ofício 109/2019, a Instituição comunicou a redistribuição de componentes curriculares do Curso, nos termos do art. 51 da Deliberação CEE 142/2016 (revogada). Entretanto, a Assessoria Técnica verificou que não era caso de comunicação e sim de aprovação, pois tratava-se de atendimento às novas DCNs para o Curso de Direito (Informação AT 497/19, às fls. 269). Os autos foram enviados para a CES, que entendeu que a redistribuição dos componentes na Matriz Curricular seria apreciada na ocasião da Renovação do Reconhecimento do Curso.

Assim, os autos foram restituídos para a AT e, pela sua Coordenação, a IES foi informada do procedimento que deveria adotar.

Em 17/09/2019, pelo Ofício 181/19, o IMESB-VC solicitou que as alterações na Matriz Curricular fossem apreciadas na Renovação do Reconhecimento do Curso (fls. 27 e 280).

O IMESB-VC foi recredenciado pelo Parecer CEE 392/2017 e Portaria CEE/GP 421/2017, publicada em 06/09/2017, por um prazo de cinco anos. A Professora Mestre Damaris Cunha de Godoy é a Diretora no período de 2019-2023.

A Portaria CEE/GP 408, de 02/10/2019 designou os Especialistas Edson Ricardo Saleme e Regina Célia Martinez para elaboração de Relatório circunstanciado sobre o Curso (fls. 284). A visita *in loco* ocorreu em 08/11/2019. O Relatório da Comissão de Especialistas e o comprovante de pagamento aos Especialistas foram juntados aos autos em 07/02/2020.

Os autos retornaram à AT em 07/02/2020.

1.2 APRECIÇÃO

Com base na norma em epígrafe, nos dados do Relatório Síntese e do Relatório da Comissão de Especialistas, passamos à análise dos autos.

Atos Legais

Renovação de Reconhecimento: Parecer CEE 265/15 e Portaria CEE/GP 234/15, publicada em 12/06/2015, pelo prazo de 5 anos. Observe-se que a Instituição protocolou o pedido 9 meses antes do vencimento do prazo, previsto no art. 47 da Deliberação CEE 171/2019.

Outros Pareceres:

Parecer CEE 508/2015 e Portaria CEE/GP 485/2015, publicada em 05/12/2015, aprovou a alteração da estrutura curricular e do regime do Curso de Direito, de anual para semestral, a partir do ano letivo de 2016. Parecer CEE 27/2019 e Portaria CEE/GP 106/2019, publicada em 07/03/2019 / conhecimento de nova estrutura curricular e aprovação de remanejamento de vagas (130 vagas totais, sendo 60 para período noturno e 70 para período diurno).

Responsável pelo Curso: Fábio Rocha Caliari, Mestrado em Direito pela PUCSP, Especialização em Processo Civil pela Faculdade Barretos, Graduação em Direito pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos.

Dados Gerais

Horários de Funcionamento: de segunda a sexta feira, das 7h30min às 11h (diurno) e das 19h10min às 22h40min (noturno).

Duração da hora/aula: 50 minutos.

Carga Horária: 3.850 horas, na Estrutura Curricular proposta.

Número de vagas oferecidas, por ano: 70 vagas no diurno e 60 vagas no noturno.

Tempo para integralização: mínimo de 10 semestres e máximo de 14 semestres

Caracterização da infraestrutura física da Instituição reservada para o Curso

instalação	quantidade	capacidade
laboratório de informática	1	47 alunos
recursos audiovisuais	2 aparelhos de dvd, 8 aparelhos de vhs, 11 multimídias, 3 notebooks, 3 computadores, 10 retroprojetores, 6 TVs, 7 caixas de som	
biblioteca	1	
sala de estudo	1	
núcleo de pratica jurídica	1	
sala de audiências simuladas	1	
auditório	1	300 pessoas
sala de aula (com telão e lousas panorâmicas)	5	60 alunos/sala
sala de coordenação	1	
sala de atendimento ao aluno	1	
espaço de convivência	1	
sala de professores	1	
secretaria acadêmica	1	

Biblioteca

Tipo de acesso ao acervo	Livre
É específica para o curso	Não
Total de livros para o curso	7.700 Específicos 32.040 Total
Periódicos	11.318 Acervo Geral
Videoteca/Multimídia	378 Vídeos 63 DVDs 179 CDs
Teses	147 TCCs, 82 Dissertações de Mestrado e 16 Teses d Doutorado
Outros	Biblioteca Virtual 9.000

www.imesb.br

www.imesb.br/?cs=biblioteca&qual=2

Relação Nominal do Corpo Docente

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Disciplina(s)	h/a semanais
1. Adriana Galvão Moura	Doutorado em Direito/PUCSP	H	Direito Previdenciário I e II	2
2. Ana Maria Zanoni da Silva	Doutorado em Estudos Literários/Faculdade de Ciências e Letras	H	Língua Portuguesa I Metodologia para Pesquisa Científica	8
3. André Luiz Pipino	Especialização em Direito Privado	H	Direito Empresarial I Direito Tributário I e II Direito Agrário	10
4. Damaris Cunha de Godoy	Mestrado em Economia	H	Economia	2
5. Danielle Riegermann Ramos Damião	Doutorado em Função Social do Direito	H	Direito do Trabalho II	4
6. Danilo Pereira Lima	Doutorado em Direito	H	Introdução ao Estudo do Direito	8
7. Diego Diniz Ribeiro	Mestrado em Direito	H	Teoria Geral do Processo I Direito processual Civil I	16
8. Fábio Rocha Caliar	Mestrado em Direito	P	Teoria Geral do Direito Penal I Direito Processual Penal I Direito Processual Penal III Prática Forense Penal I e II Legislação Penal Especial II	28
9. Gustavo Henrique Schneider Nunes	Mestrado em Direito	P	Direito Constitucional II Direito Processual Civil II Prática Forense Civil I e II	20
10. Josué Justino do Rio	Doutorado em Educação Mestrado em Teoria Geral do Direito e do Estado	P	Direito Penal I Direito Penal II e IV Legislação Penal Especial I e II	20

			Direito da Infância e Juventude	
11. Lucas Gibin Seren	Doutorado em Educação Escolar	H	Teoria Geral do Estado Sociologia do Direito Filosofia do Direito	12
12. Patrícia Helena de Avila Jacyntho	Mestrado em Direito	P	Direito Civil I Direito Civil III Direito Administrativo I Direito Ambiental Direito do Consumidor Direito Empresarial I	32
13. Renata Cipolli D'Arbo	Doutorado em História Econômica	H	Economia	2
14. Rosiane Sasso Rissi	Mestrado em Direito	H	Teoria Geral do Direito Privado I Direito Civil V	16

Classificação da Titulação segundo a Deliberação CEE 145/2016

Titulação	Quantidade	% do Total
Especialistas	1	7,14
Mestres	6	42,86
Doutores	7	50,00
Total	14	100

A Deliberação CEE 145/2016, que *fixa normas para a admissão de docentes para o magistério em cursos superiores de bacharelado e licenciatura*, estabelece a titulação mínima como especialista para estes cursos, portanto, está atendida esta norma.

Corpo Técnico disponível para o Curso

Tipo	Quantidade
laboratório de informática	1
núcleo de prática jurídica	2
sala de coordenação	3
secretaria acadêmica	4

Demanda do Curso nos últimos Processos Seletivos, nos últimos anos

Período	Vagas		Candidatos		Relação candidato/vaga	
	diurno	noturno	diurno	noturno	diurno	noturno
2015	50	80	21	111	2,38	0,72
2016	50	80	38	94	1,31	0,85
2017	50	80	41	89	1,21	0,89
2018	50	80	42	89	1,19	0,89
2019	70	60	56	60	1,25	1,00

Demonstrativo de Alunos Matriculados e Formados no Curso, nos últimos anos

Período	Matriculados						Egressos	
	Ingressantes		Demais séries		Total		diurno	noturno
	diurno	noturno	diurno	noturno	diurno	noturno		
2015	-	40	33	144	33	184	-	21
2016	25	35	17	166	42	201	18	19
2017	30	26	42	153	72	179	-	35
2018	40	24	34	163	74	187	-	46
2019	50	20	86	105	136	125	-	-

Matriz Curricular, proposta para 2020 h/a = 50 min

Sem	Disciplina	CH
1º	Introdução ao Estudo do Direito	72
	Teoria Geral do Direito Privado I	72
	Teoria Geral do Direito Penal I	72
	Teoria Geral do Estado	36
	Sociologia do Direito	36
	Metodologia para Pesquisa Científica	36
	Língua Portuguesa I	36
	Subtotal	360 h/a
2º	Atividades Complementares	30h
	Direito Constitucional I	72
	Teoria Geral do Direito Privado II	72
	Teoria Geral do Direito Penal II	72
	Economia I	36

	Direitos Humanos	36
	Análise Jurisprudencial	36
	Língua Portuguesa II	36
	Subtotal	360 h/a
	Atividades Complementares	30h
3º	Direito Constitucional II	72
	Direito Civil I	72
	Direito Penal I	72
	Teoria Geral do Processo I	72
	Economia II	36
	Filosofia do Direito I	36
	Subtotal	360 h/a
	Atividades Complementares	30h
4º	Direito Internacional	72
	Direito Civil II	72
	Direito Penal II	72
	Teoria Geral do Processo II	72
	Filosofia do Direito II	36
	Medicina Legal	36
	Subtotal	360 h/a
Atividades Complementares	30h	
5º	Direito Processual Civil I	72
	Direito Civil III	72
	Direito Empresarial I	72
	Direito Processual Penal I	72
	Direito Penal III e IV	72
	Subtotal	360 h/a
Atividades Complementares	30h	
6º	Direito Processual Civil II	72
	Direito Civil IV	72
	Direito do Trabalho I	36
	Direito Empresarial II	72
	Direito Processual Penal II	72
	Legislação Penal Especial I	36
	Subtotal	360 h/a
Atividades Complementares	30h	
7º	Direito Processual Civil III	72
	Direito Civil V	72
	Legislação Penal Especial II	36
	Direito do Trabalho II	36
	Direito Processual Penal III	72
	Direito Administrativo I	72
	Subtotal	360 h/a
	Atividades Complementares	30h
	Estágio de Observação	40h
Estágio de Simulação	40h	
Escritório de Assistência Jurídica	40h	
8º	Direito Processual Civil IV	72
	Direito Civil VI	72
	Direito Administrativo II	72
	Direito Tributário I	72
	Metodologia para Trabalho de Curso	36
	Direito Processual do Trabalho	36
	Subtotal	360 h/a
	Orientação para a Pesquisa Jurídica I e II	70h
	Atividades Complementares	30h
	Estágio de Observação	40h
	Estágio de Simulação	40h
9º	Prática Forense Civil I	36
	Prática Forense Penal I	36
	Direito Tributário II	72
	Responsabilidade Civil	36
	Métodos alternativos de Resolução de conflitos	36
	Direito do Consumidor	36
	Prática Forense Tributária I	36
	Prática Forense Trabalhista I	36
	Ética Profissional	36
	Subtotal	360 h/a

	Atividades Complementares	30h
	Estágio de Observação	40h
	Estágio de Simulação	40h
	Escritório de Assistência Jurídica	40h
10º	Prática Forense Trabalhista II	36
	Prática Forense Civil II	36
	Prática Forense Penal II	36
	Prática Forense Tributária II	36
	Direito da Seguridade Social	36
	Direitos Difusos e Coletivos	36
	Direito Ambiental	36
	Direito Eleitoral	36
	Direito da Infância e Juventude	36
	Direito Agrário	36
	Subtotal	360 h/a
	Atividades Complementares	30h
	Estágio de Observação	40h
	Estágio de Simulação	40h
	Escritório de Assistência Jurídica	40h

Demonstrativo da Carga Horária

	H/A de 50 minutos	Horas
Total do curso (aulas em sala)	3.600	3.000
Atividades Complementares		300
Estágio de Observação		160
Estágio de Simulação		160
Escritório de Assistência Jurídica		160
Orientação para a Pesquisa Jurídica I e II		70
Total do Curso		3.850

A estrutura curricular do Curso atende à:

- Resolução CNE/CES 02/2007, que estabeleceu a carga horária mínima para Cursos de Graduação, Bacharelados, na modalidade presencial, prevendo para os Cursos de Direito um mínimo de 3.700 horas;
- Resolução CNE/CES 03/2007, que dispõe sobre o conceito de hora-aula;
- Resolução CNE/CES 05/2018, que institui as DCNs dos cursos de Direito, de acordo com os Especialistas.

Da Comissão de Especialistas

A Comissão realizou visita à Instituição em 08/11/2019 e observou a infraestrutura física, reuniu-se com corpo docente e discente, para coleta de opiniões, e analisou o Projeto Pedagógico do Curso. A visita foi acompanhada pela Diretora e Vice-Diretora do IMESB-VC, pela Coordenadora de Pesquisa e Extensão e pelo Coordenador do Curso.

Os Especialistas emitiram Relatório, do qual destaca-se:

- Atendimento às recomendações feitas na ocasião da última Renovação do Reconhecimento: o último Parecer de Renovação de Reconhecimento não apresentou recomendações ou sugestões de melhoria.

- Perfil da Instituição:

Na documentação apresentada e nas entrevistas realizadas (docentes, discentes, egressos, Coordenação e Direção) observa-se a preocupação da direção não apenas com o aprendizado em si, mas também a dimensão da representação judicial ou extrajudicial de interesses gerais ou específicos da comunidade local. (...) Há por oportuno, também, a preparação para atuação em consonância ao novo papel do Ministério Público em conformidade com a atual legislação vigente, cumprindo observar que nas entrevistas houve o destaque unânime para o direcionamento para a proteção e promoção do indivíduo e a satisfação e defesa dos interesses individuais e coletivos. No que tange à Segurança Pública, observou-se que nos trabalhos apresentados ao longo dos últimos cinco anos há um destaque para o Projeto Apoiar de Extensão Universitária - Benefício Prisional na Penitenciária Feminina de Guariba SP, entre outras ações de relevo para a comunidade local.

- Inserção Regional:

Na visita realizada por meio da análise de documentos, entrevistas com docentes, discentes, coordenação e Direção da IES fez-se clara a inserção regional da IES, uma vez que, com localização geográfica privilegiada, no município de Bebedouro, atende também a microrregião da Serra de Jaboticabal. (...)

Na entrevista notou-se que vários discentes participam das atividades acadêmicas por meio de transporte coletivo disponibilizados aos residentes em municípios vizinhos. Observou-se que os

participantes, mesmo egressos, participam das atividades com afinco e prazer por tratar-se de instituição que promove a integração local.

- Infraestrutura para o curso: com avaliação positiva em relação à disponibilidade de salas de aula, equipamentos utilizados em aula (computadores, projetores, etc), limpeza, segurança, ventilação, internet com WI-FI, disponibilização de serviços (copiadora, lanchonete, etc).

Quanto à infraestrutura dedicada às práticas jurídicas:

O Curso de Direito possui uma sala onde estão implantados os Núcleos de Prática Jurídica, de Monografia Jurídica e o de Atividades Complementares. No mesmo espaço, dividido por divisórias, observou-se uma sala de espera, uma sala de secretaria onde trabalha um estagiário, uma sala do professor orientador, uma sala de reuniões e três salas de atendimentos. Especificamente no espaço de atendimento (Núcleo de Prática Jurídica) há necessidade de obra para isolamento da área onde as pessoas são atendidas, na medida que, a confidencialidade é um dos elementos essenciais.

Além destas, o espaço contempla uma sala para audiências simuladas, com mobiliário semelhante ao usado pelo Judiciário, na solução de controvérsias, com espaço para os discentes interessados.

- Projeto Pedagógico do Curso: verificado pelos Especialistas, com avaliação positiva.

(...) Fomentam-se, também projetos de iniciação científica com acompanhamento de docentes especializados na área de conhecimento escolhida. Incentiva-se, quando da utilização de aulas expositivas, o ideal esboço do campo jurisprudencial atualizado e, notadamente, as novas tendências legislativas que acabam, por consequência, modificando a exegese dos casos sociais existentes. Referido estudo é elaborado com a utilização de recursos audiovisuais e acesso aos sites dos Tribunais Superiores, propiciando uma atualização material e ideológica constante.

(...) Outra característica marcante é evidenciada pela ausência de rotatividade do corpo docente, resultado de uma política concreta de capacitação e “fidelização” do docente junto ao Instituto, bem como pela sua formação (seis Professores Doutores, um Professor Especialista e sete Professores Mestres em 2019).

O projeto pedagógico atualizado vem sendo cumprido fielmente, inclusive no sentido de consolidar no bacharel em direito um perfil humanístico que possibilite uma noção interdisciplinar das mais variadas matérias e campos do conhecimento, conforme entrevista com docentes, discentes e coordenação quando da visita realizada a IES.

- Bibliografia:

A bibliografia está em conformidade com a matriz curricular semestral vigente a partir de 2016, bem como o ementário e a bibliografia curricular proposta para 2020. (...)

O acesso aos livros, levando em consideração o número de alunos da instituição, parece ter exemplares suficientes para consulta, como também, para docentes, coordenadores e direção. Os discentes possuem e-mails e whatsapp dos docentes e, se há dificuldade, uma força tarefa é realizada por parte dos docentes, coordenação e direção para atender outras necessidades que possam surgir.

- Biblioteca: com avaliação positiva, citando-se a atualização do acervo.

(...) Periodicamente são adquiridas novas obras solicitadas pelos docentes.

A Biblioteca conta com quatro colaboradores, sendo dois funcionários e dois estagiários. (...) O Sistema de Classificação adotado: CDU/Tabela “Pha” (serve para individualizar os autores dentro das classes de assunto e Acervo em fase de informatização). O acervo é aberto aos estudantes. Os alunos contam com um espaço reservado ao estudo individual e em grupo, como também com um espaço reservado a leitura de jornais e revistas.

- Relação ingressantes, concluintes, evadidos:

Na entrevista apurou-se que a taxa de evasão (relação número de matriculados e concluintes) deve-se no último quinquênio à crise econômica que se instalou na região.

Observou-se também que, pelo número de bolsas disponibilizado, a IES, pelo relatório apresentado no último quinquênio (2015 a 2019), também traduz a crise econômica citada acima, na medida em que houve a redução de 38,8% do número de bolsas, o que certamente impacta na continuidade dos estudos, e na diferença do número de matriculados para concluintes.

- Reuniões com Direção, Docentes e Alunos:

Reuniões com: a) o corpo diretivo da IES; b) o coordenador do Curso de Direito; c) os docentes do Curso de Direito; d) discentes e egressos do Curso de Direito; e) funcionários da IES.

Das entrevistas observou-se o comprometimento, seriedade e integração de todos, destacando sempre, por oportuno, a importância da IES para suas vidas, para o local e região.

A Profa. Ms. Damaris Cunha de Godoy, Diretora IMESB-VC e a Profa. Ms. Patrícia Helena de Ávila Jacyntho externaram o empenho de alunos e professores e o vínculo com os egressos que aproximam todos na IES. Por oportuno, citaram os projetos em desenvolvimento e o empenho nos projetos que tem a intenção de desenvolver no próximo período, e destes destacaram o Projeto de Extensão Universitária – Projeto Apoiar: Benefício Prisional da Penitenciária Feminina de Guariba – SP que está sendo realizado no período de junho a dezembro de 2019. (...)

Todas as reuniões transcorreram positivamente, com conversas francas sobre docência, gestão, dificuldades em face da problemática econômica; os participantes relataram que todos se envolvem na instituição de forma a viabilizar uma reflexão conjunta marcada com a vontade de novas conquistas científicas.

Concluindo o Relatório, os Especialistas **manifestaram-se favoravelmente** à Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, oferecido pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi”, como se nota pelas suas considerações finais, abaixo:

O curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas ao Curso de Direito e foi apresentada nova grade, que se encontra neste processo, compatível com as necessidades atuais.

O limitado orçamento em face de sua condição de autarquia municipal e do nível aquisitivo de seus discentes não restringe o nível de qualidade alcançado. Os docentes buscam seu aperfeiçoamento e os discentes estão atentos a aulas avulsas e cursos, que a OAB local mantém, conforme informações. Os professores enfrentam algumas dificuldades diante do limitado valor de hora-aula e do restrito plano de carreira, que talvez pudesse ser modernizado. Os docentes devem ganhar pelas reuniões que participarem ou mesmo outros benefícios a exemplo do banco de horas. A Direção deve direcionar custos para esta finalidade, pois as reuniões devem ocorrer periodicamente.

A biblioteca esforça-se para atender a necessidade do alunado. Como o número de alunos é restrito, as obras são suficientes. Se a Diretoria lograr manter os contratos com a Saraiva e RT não há nenhuma observação a ser feita. (...)

Há utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação. Há computadores e fórmulas de gravação de aulas e audiências simuladas. Vimos diversas delas, seja na parte judicial quanto à mediação do processo de ensino e aprendizagem. Existe boa interatividade entre os agentes dos processos de ensino e aprendizagem.

Há processo de avaliação continuada e processo permanente de iniciação científica, conforme demonstrado. O curso possui uma prova semestral com toda matéria ministrada. Há acompanhamento do aluno desde o momento que entra até quando sai. Deve ser dada maior atenção ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil, observa-se ligeira queda no nível de aprovação.

O Escritório de Assistência Jurídica possui tecnologia e preocupação suficiente em atingir as metas destacadas destaca-se, positivamente, pela organização, relevante papel social e envolvimento do corpo docente, bem como do corpo discente da Instituição.

O curso está em vias de destacar matérias propedêuticas em EAD para viabilizar o curso financeiramente. Há infraestrutura tecnológica e local para gravação das aulas. (...)

Em relação à acessibilidade verificou-se a ausência parcial ao piso tátil, ausência das placas em braille nas salas de atendimento aos alunos. Há rampa de acesso às instalações da Faculdade para os cadeirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Instituição protocolizou o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, ofertado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi”, em 27/08/2019, dentro do prazo previsto na Deliberação CEE 171/2019. A Deliberação CEE 145/2016 foi atendida. O Corpo Docente está composto por 14 professores: 7 doutores, 6 mestres e 1 especialista. A Infraestrutura, inclusive para as práticas jurídicas do Curso, receberam avaliação positiva dos Especialistas. O Curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas ao Curso e foi apresentada nova grade, que se encontra neste processo, compatível com as necessidades atuais. A biblioteca atende as necessidades dos alunos. Os Especialistas finalizaram seu Relatório recomendando a Renovação do Reconhecimento do Curso.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi”, pelo prazo de cinco anos.

2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 18 de maio de 2020.

a) Cons. Francisco de Assis Carvalho Arten
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Francisco de Assis Carvalho Arten, Guiomar Namó de Mello, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Luís Carlos de Menezes, Marcos Sidnei Bassi, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Roque Theophilo Júnior e Rose Neubauer.

Reunião por Videoconferência, em 27 de maio de 2020.

a) Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Reunião por Videoconferência, em 03 de junho de 2020.

Cons. Hubert Alquéres
Presidente